



Seminário

Impacto da Austeridade na Pobreza

18 de Dezembro 2012, Lisboa

RELATÓRIO



## ENQUADRAMENTO

A atual conjuntura económica e as medidas de austeridade em vigor terão consequências sobre a taxa de risco de pobreza e sobre as desigualdades sociais. Segundo um relatório disponibilizado pela Comissão Europeia e que compara a distribuição dos efeitos da política de austeridade em seis países na União Europeia, as medidas tomadas pelo Governo português, para além de estarem distribuídas de forma desigual entre ricos e pobres, fizeram subir o risco de pobreza, particularmente entre pessoas idosas e jovens. O relatório de Bruxelas revela que Portugal "é o único país com uma distribuição claramente regressiva", ou seja, em que os pobres estão a pagar mais do que os ricos quando se aplica a austeridade. Os dados mostram que Portugal é o único país analisado em que "a percentagem do corte [devido às medidas de austeridade] é maior nos dois escalões mais pobres da sociedade do que nos restantes".

Consideramos que apesar do amplo debate e mediatização da crise, ainda não está esgotada uma reflexão mais completa e profunda sobre os efeitos da austeridade resultante nas camadas populacionais atingidas pela pobreza e pela exclusão social.

O seminário "***O Impacto da Austeridade na Pobreza***" procura assim analisar os efeitos da atual crise económica e das políticas de austeridade no campo da proteção social, da saúde, da educação e do bem-estar dos cidadãos.

Esta iniciativa pretende ser um importante contributo para um aprofundamento e amplificação da discussão sobre estes assuntos e constituir um momento importante para a sociedade civil poder refletir sobre estes fenómenos.

## OBJETIVOS

O objetivo central desta iniciativa, centrou-se em debater os efeitos da atual crise económica e o impacto das medidas de austeridade na pobreza debatendo os seguintes eixos:

- as consequências sobre a taxa de risco de pobreza e o agravamento das desigualdades sociais;
- os efeitos das medidas de austeridade na população portuguesa, em particular nos mais vulneráveis

## METODOLOGIA

Seminário com três momentos:

- Sessão de abertura
- Painel 1 com intervenções temáticas
- Painel 2 em formato de mesa redonda

## PROGRAMA

**9:00 | Recepção dos participantes**

**9:30 | Sessão de Abertura**

*Ana Maria Braga da Cruz* - Direção da EAPN Portugal

*Mariana Ribeiro Ferreira* - Presidente do Instituto de Segurança Social

*Octávio Oliveira* – Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional

**10:00 | Pausa**

**10:15 | Painei 1 – O impacto social das políticas de austeridade na sociedade portuguesa<sup>1</sup>**

**Moderação:** *Vasco Trigo* – Jornalista

***"O refluxo das políticas sociais em Portugal: o exemplo do RSI"***

Carlos Farinha Rodrigues – Instituto Superior de Economia e Gestão

***"Crise e saúde: um país em sofrimento"***

Constantino Sakellarides – Observatório Português dos Sistemas de Saúde

***"A Educação e a Formação no contexto de crise"***

Ana Maria Bettencourt – Conselho Nacional da Educação

***"A Emigração em Portugal: solução para o desemprego?"***

Rui Pena Pires – Observatório da Emigração <sup>2</sup>

***"Notas sobre a pobreza infantil em Portugal"***

Amélia Bastos – Instituto Superior de Economia e Gestão

***"A pobreza nos idosos"***

Constança Paúl – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar

**11:45 | Debate**

**12:30 | Almoço**

**14:30 | Painei 2 – Os efeitos da Crise: o ponto de vista dos parceiros sociais**

**Moderação:** *Paulo Baldaia* – Diretor da TSF

*Agostinho Jardim Moreira* – EAPN Portugal

*João Vieira Lopes* – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

*Arménio Carlos* – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

*João Proença* – União Geral de Trabalhadores

*José António Vieira da Silva* – Deputado e Ex-Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

*António Saraiva* – Confederação da Indústria Portuguesa

**16:30 | Debate**

**17:30 | Encerramento**

---

<sup>1</sup> Em anexo estão disponíveis o conjunto das apresentações realizadas.

<sup>2</sup> Impossibilidade de participação indicada no próprio dia.

## CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A iniciativa deteve um total de 156 inscrições (136 prévias e 20 no local), registando a participação de 98 pessoas.

De entre os participantes, destaque-se a predominância de profissionais da área psico-social, entre eles sociólogos, assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais. Verificou-se igualmente a presença de investigadores, estudantes, dirigentes empresariais e de organizações sem fins lucrativos e desempregados.

## AValiação PELOS PARTICIPANTES

A avaliação das sessões foi realizada através de inquérito presente nas pastas de documentação, tendo sido entregues apenas 15 avaliações das quais importa, no entanto, destacar alguns contributos relevantes, não numa lógica quantitativa, mas numa lógica qualitativa de aspetos positivos e negativos e de sugestões de temas futuros.

| <b>Positivos</b>   | <b>Qt</b> |
|--|-----------|
| Intervenções de muita qualidade e pertinência                                  | 11        |
| Diversidade de pontos de vista   | 4         |
| Envolvimento dos parceiros sociais   | 2         |
| Atualidade do tema   |           |
| Qualidade do auditório   | 2         |
| Abordagens com conhecimento efetivo da realidade social                        | 2         |
| Abordagem das políticas sociais  | 1         |
| Organização geral do evento  | 1         |
| <b>Negativos</b>   |           |
| Duração excessiva das intervenções face ao período disponível, sendo relevante | 4         |
| Escassez de propostas  | 2         |
| Moderação pouco incisiva   | 2         |
| Pouca oportunidade debate da audiência   | 2         |
| Intervenções monocórdicas  | 1         |
| Pouca cobertura mediática  | 1         |

Quanto às **sugestões de temas** foram identificados os seguintes:

- Propostas nacionais para o combate à pobreza e exclusão social
- Iniciativa dedicada à pobreza infantil
- Evento num formato de apresentação de diagnóstico da pobreza em Portugal pela EAPN seguido de painel de comentários por entidades como IEFP, ISS, Conselho Nacional da Educação, DGSaude, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, entre outros
- Solidariedade e prestações sociais
- Pobreza e deficiência
- O desemprego altamente qualificado
- Políticas de saúde mental
- Políticas juvenis
- A natalidade e a crise
- Pobreza e assistencialismo
- Intervenção social com famílias em situação de pobreza
- Intervenção social com imigrantes em contexto de crise
- Emprego e saúde
- Quem são e onde estão os pobres em Portugal
- O Estado, o Terceiro Setor e as Empresas no apoio prestado à população idosa

## CONCLUSÕES

Em termos conclusivos importa sistematizar algumas ideias avançadas nos vários domínios abrangidos pelo programa, designadamente no painel da manhã.

Neste sentido, no âmbito das **políticas sociais**, a intervenção de Carlos Farinha Rodrigues sublinha que os efeitos da crise fazem sentir-se de forma exacerbada, desde logo pelo aumento da estigmatização dos seus beneficiários, visível nas mais variadas esferas de discussão da sociedade. As medidas desenvolvidas têm vindo a dirigir-se para a redução de políticas sociais, nomeadamente como demonstrado com o caso do RSI e da alteração constante das suas condições de recursos. Esta redução pode ser apresentada como um ganho de eficiência mas esse ganho não justifica a perda de eficácia na redução da pobreza. Reduzir as políticas sociais é enfraquecer um dos poucos instrumentos existentes de combate à pobreza e exclusão social, mesmo que se reconheça que medidas como o RSI não servem à erradicação da pobreza mas são um claro contributo à diminuição da sua intensidade. Neste sentido, o reforço do rigor nas políticas sociais não pode comprometer o seu papel no combate à pobreza, devendo ser claramente complementado com a revisão e o aumento da capacidade redistributiva do Estado Social.

Neste domínio das políticas sociais é essencial tornar mais transparente o estado das medidas desenvolvidas em Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020, garantindo que as reestruturações financeiras decorrentes da crise comprometam o menos possível os objetivos definidos.

No domínio da **saúde**, a intervenção de Constantino Sakellarides, salienta desde logo que o primeiro grande impacto da crise na saúde reside numa ausência de análise desse mesmo impacto, a qual faz com que a saúde não seja um tema de agenda política, prevalecendo nela uma lógica não pró-ativa que limita a instalação de um sistema de prevenção e monitorização.

Debruçando-se em exemplos europeus, a análise realizada no âmbito da saúde recai sobre a questão do sofrimento inerente aos resultados da austeridade. Este sofrimento expressa-se em diferentes padrões, desde logo no padrão da mortalidade no qual se verifica um incremento do suicídio. Numa clara relação de interdependência dos domínios social e da saúde, a prevalência da infeção pelo VIH junto dos consumidores de drogas injetáveis tem vindo a registar aumentos, nomeadamente de acordo com estudos divulgados na Grécia, sendo assim relevante destacar que esta é uma temática sobre a qual importa incidir, principalmente ao termos em conta uma certa invisibilidade que tem vindo a sofrer desde finais dos anos 90.

A austeridade expressa-se nas condições de vida e estas espelham-se na saúde, desde logo porque as medidas encetadas revestem-se de cortes nas despesas em saúde num contexto de empobrecimento das famílias. Estas vêem-se cada vez mais privadas de acederem a cuidados básicos devido aos atrasos nas respostas do sistema nacional de saúde, ao incremento das taxas moderadoras, às dificuldades na aquisição de medicamentos, à reduzida mobilidade

resultante de uma rede de transportes públicos deficitária, situações todas elas enquadradas num cenário de um país envelhecido. Um país que convive igualmente com algumas questões de destaque no domínio da saúde, as quais muito se relacionam com condições de vida, nomeadamente o facto de se tratar dos países europeus com maior incapacidade de isolamento térmico das habitações e com maior prevalência da diabetes.

Esta análise realizada no domínio da saúde é concluída com a importância fulcral de um posicionamento económico expansionista mais do que estruturalista, o qual assuma uma lógica de simultaneidade dos ajustamentos estruturais com a expansão económica e não uma lógica de uma primeira fase de ajustamentos seguida de uma fase de expansão económica.

No que respeita às questões da **educação e formação** a intervenção de Ana Maria Bettencourt caracterizou-se desde logo por um reconhecimento dos impactos da crise mas igualmente pelo reconhecimento de evoluções muito significativas ao nível da educação em Portugal. Nesse sentido, avança com a redução significativa da taxa de saída escolar precoce que em Portugal registou um decréscimo superior à média da União Europeia. A par com esta realidade, avança igualmente com passos significativos que se têm dado em direção à escola inclusiva, nomeadamente no que respeita à educação de adultos, elemento essencial na educação dos filhos, principalmente nas classes mais baixas, permitindo um apoio na educação destes ao qual não podiam aceder de outra forma. Esta última questão aponta para um país no qual a baixa escolarização dos adultos é ainda uma realidade (com a maioria dos pais a deterem uma escolaridade inferior ao 9º ano) a qual tem vindo a ser trabalhada através de processos de reconhecimento e validação de competências que têm revelado uma importância determinante no aumento da auto-estima dos seus participantes mas que, face ao contexto económico e social atual, assume poucos reflexos na empregabilidade. Perante este facto, a crise e a austeridade revelam a sua presença nas nossas escolas, com grande parte das unidades orgânicas a deterem um número significativo de alunos com ação social. Estes impactos são ainda mais determinantes do ponto de vista da qualidade da educação, com a austeridade a retirar tempos essenciais na educação dos alunos, nomeadamente ao nível da formação cívica e dos tempos de apoio e com uma sobrecarga de horários dos professores.

A educação é um domínio de apostas a longo prazo e os efeitos da austeridade que nela se têm vindo a sentir estão a comprometer significativamente o caminho do aumento da qualificação dos portugueses, cujo ritmo começa a denotar-se menor.

Relativamente à **pobreza infantil**, Amélia Bastos apresenta-nos um cenário que demonstra que se trata de um fenómeno complexo e multidimensional que não se esgota na escassez de recursos económicos das famílias. É um domínio que carece de uma abordagem especializada na medida em que a vivência de factores de exclusão na infância e juventude assume uma expressão preocupante do ponto de vista da sua reprodução em gerações subsequentes.

A maior vulnerabilidade das crianças à pobreza revê-se num conjunto de factos, entre eles os dados que nos mostram uma evolução mais desfavorável do risco de pobreza e de privação no

caso das crianças, bem como o facto da existência de crianças acrescer o risco de pobreza dos agregados familiares. A austeridade vem reforçar estes factos preocupantes, se tivermos em conta que em Portugal o peso das transferências sociais relativas à criança e à família representam cerca de metade do peso assumido na União Europeia, reduzindo apenas em 1% o risco de pobreza, um impacto menor do que o do conjunto das transferências sociais. A estes factos acresce um contexto no qual os pais têm uma participação cada vez menor no mercado de trabalho resultando numa escassez crescente dos recursos monetários das famílias dadas as medidas que têm vindo a ser implementadas de decréscimo dos rendimentos. Todo este contexto expressa-se em dados transmitidos num estudo da UNICEF divulgado em 2012 que aponta para que três em cada 10 crianças em Portugal são carenciadas, estando o nosso país no final da tabela, ocupando o 25º lugar, dos 29 países estudados.

Perante este contexto avança-se com a importância de medidas específicas no combate à pobreza infantil às quais urge uma monitorização mais detalhada, com dados mais desagregados e baseada numa perspectiva de ciclo de vida que permita perceber diferenças entre os 0 e os 18 anos. Este será um tipo de abordagem

Por último, no que concerne aos **idosos**, Constança Paul aponta para um facto transversal da crise ao qual todos devemos estar atentos, o facto dos objetivos serem revistos em baixa, verificando-se uma diminuição das expectativas a qual relativiza situações de exclusão significativas.

Apoiando-se nas conclusões da Age Platform (5 e 6 Dezembro de 2012) e no confronto diário com a realidade portuguesa, é notória uma maior incapacidade de participação social dos idosos aumentando o seu isolamento, facto ocorrido num contexto resultante da austeridade que implica a quebra nas pensões e o aumento do valor dos bens, fragilizando a condição socioeconómica dos idosos. A qualidade de vida dos idosos institucionalizados vê-se igualmente afetada pela nova legislação que aponta para o aumento da lotação das instituições. A estes efeitos acresce uma realidade de regresso dos idosos institucionalizados a casa face à vivência de famílias desempregadas que não dispõem de recursos para garantir a institucionalização, precisando mesmo do apoio das pensões dos idosos para assegurar a sua sobrevivência. Este regresso é muitas vezes traduzido num aumento do conflito entre gerações. Como já verificado em apresentações anteriores, a austeridade assume impactos notórios na saúde, questão que muito se reflete na qualidade de vida dos idosos com a diminuição da esperança de vida saudável.

Perante este contexto é avançada a importância de garantir um rendimento mínimo aos idosos que se adeque a um acesso digno aos serviços e que seja desenvolvido num contexto da União Europeia em que sejam definidos objetivos de redução da pobreza divididos por subgrupos.

O painel da manhã conclui-se com um **debate** no qual é defendida uma perspetiva de desenvolvimento social sustentado, com apostas em medidas sociais, de educação, de saúde e de emprego assentes na capacidade de discutir um novo contrato social futuro.



Este novo contrato social deve garantir que as reformas estruturais em tempos de crise não justifiquem alterações estruturais que noutros contextos não seriam aceites pelo seu desrespeito à dignidade humana.

Ressalve-se de todas as intervenções a importância da monitorização no sentido de avaliar e medir as consequências das medidas implementadas. “Num país de descobridores é importante não navegar às cegas”.

O painel da tarde, relativo ao **ponto de vista dos parceiros sociais face aos efeitos da crise**, revelou-se essencial desde logo pelo encontro/confronto entre os mesmos, aspeto essencial à sua concertação num reconhecimento por todos de que muitas das políticas de austeridade se revestem, efectivamente, de políticas de empobrecimento.

De entre o debate surgido entre todos destacam-se algumas ideias-chave:

- a importância da proteção social num país crescentemente urbanizado no qual se desestruturam redes familiares carecendo de proteção em situação de doença e de desemprego;
- o rendimento disponível das famílias e o poder de compra como dimensões essenciais para alteração da atual conjuntura;
- a importância de qualificar a gestão das empresas e dotá-las de capacidade de exportação, de internacionalização mas igualmente de melhoria do mercado interno;
- procurar soluções não de um Estado onnipresente mas a devida importância da sociedade civil e das IPSS's

O seminário conclui-se dando conta do efeito multiplicador da austeridade na sociedade portuguesa, no sentido em que o agravamento social do todo é maior do que a soma das suas partes. É neste contexto que Pe Agostinho Jardim Moreira afirma a importância de encontrar as causas da crise, conhecer os seus rostos e apostar numa concertação social assente na missão de construir uma sociedade em que todos teremos gosto de viver.

# ANEXOS

*Todos os anexos encontram-se disponíveis em documentos individuais*

**Anexo 1\_** Cartaz de divulgação

**Anexo 2\_** Programa

**Anexo 3\_** Comunicações Painel 1 –

“O impacto social das políticas de austeridade na sociedade portuguesa”

**Anexo 3.1\_** *O refluxo das políticas sociais em Portugal: o exemplo do RSI* \_

Carlos Farinha Rodrigues, ISEG – Unv Técnica de Lisboa

**Anexo 3.2\_** *Crise e Saúde: um país em sofrimento* \_ Constantino Sakellarides,  
Observatório Português dos Sistemas de Saúde

**Anexo 3.3\_** *A Educação e a Formação no contexto de crise* \_ Ana Maria  
Bettencourt, Conselho Nacional da Educação

**Anexo 3.4\_** *Notas sobre a Pobreza Infantil em Portugal* \_ Amélia Bastos, ISEG

**Anexo 3.5\_** *A pobreza nos idosos* \_ Constança Paul, Instituto de Ciências  
Biomédicas Abel Salazar

**Anexo 4\_** *Alguns registos do evento na imprensa*